negocios
negocios.pt
iniciativas

Este suplemento faz parte integrante do Jornal de Negócios n.º 3239, de 28 de Abril de 2016, e não pode ser vendido separadamente.

Competitividade em Portugal

- Como a Indústria 4.0 está a mexer com os sectores do têxtil, vinho e automóvel
- Grupo de trabalho vai apoiar empresas

Fundos comunitários
Norte quer somar empregos à produtividade

Caso prático
O mix que tirou do papel a fábrica da Trevipapel

Paulo Duarte

Publicidade

OBSERVATÓRIO
EY | NEGÓCIOS
Competitividade

COMPETITIVIDADE
INVESTIMENTO
INOVAÇÃO

negocios

Para mais informações:
http://observatorioey.negocios.pt

INDÚSTRIA 4.0

Nova revolução traz grandes marcas de volta

Os sectores têxtil, do vinho e automóvel estão entre os que mais beneficiam com a aplicação de tecnologias à produção. As multinacionais que fugiram para o oriente estão a regressar.

ALEXANDRA NORONHA
anoronha@negocios.pt

Uma nova realidade, com mais automatismos, tirando partido das inovações tecnológicas que têm marcado os últimos anos está a chegar à indústria. E os empresários portugueses já começaram a assimilar este novo conceito, a indústria 4.0, ainda que haja muito caminho a percorrer.

Tomás Moreira, presidente da AFIA (Associação de Fabricantes para a Indústria Automóvel) acha que a nova "revolução industrial" é apenas um dos elementos que constituem a competitividade. "As empresas para serem competitivas têm que ter produto, produtividade, processos e níveis de custos correctos. A indústria 4.0 vai reforçar essa competitividade", referiu o responsável durante o painel "Portugal e Revolução 4.0", na conferência organizada pela EY e pelo Negócios sobre "Competitividade em Portugal", que teve lugar no Porto.

A competitividade é um resultado concreto da aplicação de tecnologias à produção. João Costa, presidente da Associação Têxtil e Vestuário (ATP) acredita que as mudanças dos últimos anos trouxeram a Portugal clientes que tinham "fugido" para os países asiáticos. "Temos uma grande parte das nossas exportações, a esmagadora maioria, que se destina a produtos de âmbito internacional, marcas que durante alguns anos se afastaram da Europa para países sobretudo asiáticos", referiu o dirigente associativo.

"Revolução é porventura a palavra certa", realçou, por sua vez, Miguel Barbosa, administrador da ANI (Agência Nacional de Inovação), que alertou, no entanto, para os riscos em torno da Europa. "O movimento de reindustrialização não está garantido, nas sociedades ocidentais, nem para a Europa nem para Portugal, porque deixamos de competir com custos de produção baixa no oriente para custos de produção energética muito mais competitivos nos EUA", salientou. "Podemos estar a ver a indústria a passar de um lado para o outro e nós a perder na Europa oportunidades muito grandes", referiu Miguel Barbosa.

Só não faz bom vinho quem não quer

No sector dos vinhos, a aplicação de novas tecnologias já levou a um novo "provérbio popular", segundo João Gomes da Silva, administrador da Sogrape. "Há um ditado que se cita regularmente na indústria que diz que neste momento só quem não quer é que não faz bom vinho", referiu o responsável.

O percurso da indústria portuguesa nas últimas décadas também beneficiou com a influência que as multinacionais que se deslocalizaram para cá teve nas empresas nacionais.

"A vinda para Portugal de construtores automóveis começou nos anos 60, mas os grandes projectos foram a Renault no anos 80 e a Autoeuropa nos 90, que trouxeram os seus fornecedores e foram foco de aprendizagem e desenvolvimento de capacidades de gestão e técnicas importantíssimas", salientou Tomás Moreira.

Entre os desafios da nova geração industrial estão os recursos humanos e a gestão. "Se quisermos cumprir a promessa da geração industrial precisamos de uma quantidade de recursos humanos com formação ao nível tecnológico que estamos longe de conseguir produzir. Temos casos de desenvolvimentos que estão a ser refreados porque não há recursos", salientou João Gomes da Silva. Esta é uma queixa comum a muitos gestores e empresários actualmente.

Já Miguel Barbosa, administrador da ANI, acredita que "há três ou quatro boas práticas que valeria a pena disseminar" na gestão das empresas. ■

Há um ditado que se cita regularmente na indústria que diz que neste momento só quem não quer é que não faz bom vinho.

JOÃO GOMES DA SILVA
Administrador da Sogrape

A esmagadora maioria das nossas exportações destina-se a produtos de âmbito internacional, marcas que durante alguns anos se afastaram da Europa.

JOÃO COSTA
Presidente da ATP

Têxtil fica a ganhar com mudanças

O presidente da ATP (Associação Têxtil e Vestuário de Portugal) acredita que a nova revolução industrial, que deu origem à indústria 4.0, favorece as empresas nacionais face às suas congéneres orientais. "Temos hoje uma situação de acompanhamento e monitorização do mercado que se ajusta a todo o momento à produção e às tendências. E isto não é muito fácil com maiores distâncias onde o que se pretende são grandes encomendas", adiantou João Costa. O dirigente associativo salientou ainda que colocar encomendas em Portugal permite às marcas "acompanhar" a produção. "A indústria 4.0 é aquilo a que nós estamos hoje a assistir, com uma situação de grande proximidade entre o mercado e a produção", salientou.

Automóvel com mais automatismos

O sector automóvel tem sido dos que mais avanços tecnológicos tem introduzido nas linhas de montagem das suas fábricas. Tomás Moreira, presidente da Associação de Fabricantes para a Indústria Automóvel (AFIA) diz que as empresas têm que ser cada vez mais "hands off" na produção. "Passámos do 'hands on' para o 'hands off', depois há o 'eyes off', 'mind off' e o 'driverless'. Na fábrica é a mesma coisa", referiu o responsável. O objectivo é reduzir custos e aumentar a automatização e reduzir a intervenção humana nos processos. O futuro passa, assim, por "ter pessoas mais qualificadas, processos muito mais autonomizados e funcionar 365 dias por ano, 24 horas por dia", salientou o responsável da AFIA.

Tecnologias "vigiam" vinhos

"A vinha é aquela coisa estranha, que não conseguimos pensar muito como digital, mas nós próprios temos necessidade de tomar a iniciativa". João Gomes da Silva, administrador da Sogrape resume assim os desafios de um sector tradicional, face à indústria 4.0. Mas os vinhos já estão a aplicar a tecnologia até mesmo nas culturas. "Temos práticas de viticultura de precisão em que a variável de decisão deixou de ser o talhão em que essas vinhas se dividiam e passou a ser o cacho e o bago da uva". Além disso, democratizaram-se as críticas aos produtos. "Era típico depender dos veredictos dados por quatro, cinco ou seis jornalistas a nível mundial. Hoje em dia nas redes sociais, temos 200 mil pessoas", referiu.

ANI quer "miscigenação"

Miguel Barbosa, administrador da ANI (Agência Nacional de Inovação) salientou que o organismo tem várias "ferramentas" para apoiar as empresas na nova resolução industrial, a 4.0. "As empresas com melhores experiências e mais ganhos de produtividade suportados nas tecnologias digitais são as que alocam cerca de 20% do seu 'budget' de Investigação e Desenvolvimento ao tema da 4.0", referiu o responsável. Entre as matérias mais importantes para atingir este novo patamar industrial, Miguel Barbosa aponta para o "apoio à Internacionalização", assim como a colaboração entre as empresas e entidades como as universidades e outros centros de conhecimento científico para que haja "miscigenação".

Privados já vão à frente do Estado

Frederico Barreto, senior manager da EY alertou para o papel do Estado na promoção da indústria 4.0. Para o responsável, é preciso "dinamizar os ecossistemas industriais, ou seja, facilitar a transmissão de conhecimento não só vendo as indústrias numa perspectiva vertical e havendo uma polinização cruzada com as indústrias", salientou. Para Frederico Barreto, "um dos principais pontos da competitividade é a inovação, que não deve ser feita numa perspectiva fechada". Já os privados, considera Frederico Barreto, "têm conseguido por meios próprios fazer a actualização [para a indústria 4.0] com aquelas que são as exigências do mercado", referiu o consultor, que alertou para a necessidade de planos a mais curto prazo.

Paulo Duarte

A vinha é aquela coisa estranha, que não conseguimos pensar muito como digital.

JOÃO GOMES DA SILVA
Administrador
da Sogrape

Passámos do 'hands on' para o 'hands off', depois há o 'eyes off', 'mind off' e o 'driverless'.

TOMÁS MOREIRA
Presidente
da AFIA

O painel contou com João Costa, da ATP, Tomás Moreira, da AFIA, João Gomes da Silva, da Sogrape, Miguel Barbosa, da ANI e Frederico Barreto da EY.

INDÚSTRIA

Mix de "papel" vai dar papel a grupo da Lousã

A Trevipapel está a investir 30 milhões de euros na construção de uma fábrica em Vila Velha de Ródão. Com o projecto de verticalização vai dominar a matéria-prima para a produção de papel "tissue".

ANTÓNIO LARGUESA
alarguesa@negocios.pt

Obrigada a importar a maior parte da matéria-prima – e com dificuldade em fazê-lo a preços controlados – para produzir os seus guardanapos, rolos de papel higiénico industriais, toalhas de mesa, rolos industriais ou de limpeza de mãos, a Trevipapel está a construir uma fábrica para produzir 32 mil toneladas de papel em bobine por ano. O investimento, avaliado em 30 milhões de euros, estará concluído no final de 2016, arrancando de imediato o fabrico com 50 novos postos de trabalho, somando mais 30 numa segunda fase.

Chama-se Paper Prime este novo projecto do grupo da Lousã, que factura 23 milhões de euros, emprega actualmente 130 pessoas e exporta 50% da produção. Vai ser implementado em Vila Velha de Ródão, no distrito de Castelo Branco, onde encontrou um fornecedor de pasta de papel do grupo Altri, com o qual fechou acordos de fornecimento da pasta de fibra curta por "pipeline" desde a Celtejo.

Na conferência "Competitividade em Portugal", organizada pela EY e pelo Negócios no Porto, o líder da equipa de projecto, Carlos Araújo, explicou que este projecto de verticalização do grupo liderado pelo empresário Paulo Lobo Correia contou com "um mix de financiamento [que foi] essencial para colocá-lo de pé": tem capital dos promotores, capital de risco, crédito bancário e subsídios reembolsáveis através do Portugal 2020. Além disso, apresentou candidatura a benefícios fiscais contratuais e beneficia do estatuto de Projecto de Potencial Interesse Nacional (PIN), "o que tem permitido agilizar processos de implementação do investimento, nomeadamente ligado com licenciamentos e estudos de impacto ambiental".

Carlos Araújo lidera a equipa de projecto da Paper Prime, que arrancará a laboração em Dezembro.

No que toca ao capital de risco, a Oxy Capital, através do Fundo Revitalizar Centro, foi o parceiro inicial, entrando depois também o Banif Capital. Carlos Araújo sustentou que "a diversificação de fontes financeiras significa menor risco e mais fácil negociação com todas as partes". Começou, desde logo, por "uma auditoria muito apertada" e seguiu com uma "avaliação rigorosa do investimento" – o plano de negócios já foi actualizado oito vezes –, e facilitou também a candidatura aos fundos comunitários.

O responsável citou também a vantagem do controlo de gestão, que arrancou logo que foram finalizados os acordos com as sociedades de capital de risco. A melhoria da informação interna, melhoria do reporte e entrada de novas competências do grupo foram algumas das mudanças introduzidas, ficando a Oxi com a "prerrogativa da escolha do director financeiro" ao longo do projecto Paper Prime.

"E facilita-nos a tomada de decisões e implementar soluções para investimentos futuros. Agora temos o suporte de uma entidade que tornará mais fácil recorrermos no futuro ao mercado, quando houver essa necessidade", confiou Carlos Araújo. ■

30
MILHÕES INVESTIDOS
O projecto Paper Prime é um investimento de 30 milhões de euros em Vila Velha de Ródão, que estará concluído em Dezembro de 2016.

50%
QUOTA EXPORTADORA
O grupo Trevipapel, com sede na Lousã, factura 23 milhões de euros, emprega 130 pessoas e exporta metade da produção.

TOME NOTA

Ganhos de produtividade a vários níveis

Além do ganho financeiro conferido pelo domínio da principal matéria-prima, o grupo da região Centro conta com outras vantagens competitivas neste investimento, que vão dos recursos humanos ao impacto ambiental.

Paulo Duarte

A fatia de bolo da Oxy e a linha dos clientes

Nova revolução industrial em andamento

"Basicamente a ideia da capital de risco é construir um bolo e ficar com uma fatia. Se o bolo crescer, a minha fatia é muito grande; se o bolo desaparecer eu perco tudo". Luís Quaresma recorreu à metáfora culinária para explicar o trabalho da Oxy Capital, que tem actualmente quatro fundos sob gestão: dois de reestruturação (Fundo de Reestruturação Empresarial e Aquarius) e dois de crescimento (Fundo Revitalizar Centro e Mezzanine).

O partner desta "private equity" aconselha que todas as fontes de financiamento "devem funcionar em conjunto", seja o capital de risco, um empréstimo bancário, o aporte de capital accionista ou os fundos comunitários do Portugal 2020. De resto, "o truque na área de investimento é escolher as boas empresas, as boas equipas de gestão e apoiá-las".

A Oxy Capital já entrou, por exemplo, na start-up Feedzai, numa operação entre accionistas na Palbit ou na reestruturação da Cabelte. Neste caso de empresas viáveis mas muito endividadas, o gestor apontou que "basta resolver o problema do stress financeiro para os resultados operacionais apareceram de forma natural". "Isto acontece porque, em vez de passar tempo a falar com bancos, o empresário passa-o a falar com clientes, que é muito mais útil", frisou Quaresma. ■

ANTÓNIO LARGUESA

> **Empresários devem passar mais tempo a falar com clientes do que com bancos.**
>
> LUÍS QUARESMA
> "Partner" da Oxy Capital

"Uma nova visão para a indústria, que já esta a acontecer um pouco por todo o mundo, da Alemanha aos EUA". João Vasconcelos, secretário de Estado da Indústria define assim o conceito de indústria 4.0, que se está a transformar numa das bandeiras da sua tutela.

O governante, que encerrou o Observatório organizado pelo Negócios e pela EY sobre a competitividade, acredita que esta "revolução industrial" já começou no país. "De Norte a Sul de Portugal temos ouvido falar de uma quarta revolução industrial caracterizada pela introdução de um conjunto de tecnologias digitais nos processos de produção e de uma relação maior dos intervenientes na cadeia de valor com o cliente ou mesmo com o modelo de negócio", avançou o secretário de Estado.

João Vasconcelos detalhou ainda que "o turismo é um bom exemplo, onde o comércio electrónico revolucionou os modelos de negócios, conferindo muito mais poder de customização e escolha aos clientes, com soluções como o Booking ou o Airbnb", realçou.

Comité e grupos de trabalho

O Governo associou-se a empresas como a Altice, a Bosch, a Google, a Huawei a Siemens e a Volkswagen para a criação de um comité estratégico "em torno do tema indústria 4.0", referiu João Vasconcelos. A primeira reunião teve lugar em Ílhavo.

A estas empresas juntam-se entidades como a Cotec, a CIP, o IAPMEI e o Turismo de Portugal. O governante salientou que "depois de termos aprendido com a análise rigorosa que fizemos ao trabalho que outros países fizeram, agora é hora de perceber as necessidades concretas das empresas portuguesas". E para isso, o Executivo, "está a criar grupos de trabalho para o sector automóvel, moldes, retalho e moda, turismo e agro-indústria. Quatro grupos irão começar a trabalhar sob a coordenação do Ministério da Economia para propor medidas a identificar prioridades no âmbito da indústria 4.0", salientou o governante. João Vasconcelos revelou ainda que estes grupos são "compostos exclusivamente por empresários, desde grandes empresas até start-ups". E recordou que "esta é a primeira revolução industrial em que a nossa localização não importa".

João Vasconcelos elogiou o comportamento das start-ups portuguesas e deu conta da sua capacidade de criar emprego e avançar com a internacionalização. Entre os exemplos que deu, de como as tecnologias estão a mudar o mundo, o secretário de Estado falou da marca de calçado Luís Onofre, que já vende mais na loja online do que na física, em Lisboa. Falou ainda do caso da Autoeuropa, que usa impressoras 3D na sua produção e começou "a testar um carrinho autónomo e inteligente que acompanha o operário com as ferramentas", adiantou João Vasconcelos.

O governante realçou, no entanto, que para que este novo paradigma funcione é preciso que haja uma relação próxima entre as empresas e as instituições de conhecimento tecnológico, como as universidades. ■

ALEXANDRA NORONHA

> **É hora de perceber as necessidades das empresas portuguesas.**
>
> JOÃO VASCONCELOS
> Sec. de Estado da Indústria

QUALIFICAÇÃO DE QUADROS

Uma vantagem que "veio a reboque", embora desde o início soubesse que também seria relevante, é o aumento de competências no grupo com a entrada de diversos quadros especializados. Vão entrar na fábrica que está a ser construída, mas acabarão por se relacionar com a sede, na Lousã, apontou Carlos Araújo.

VIA VERDE PARA CUSTOMIZAR PRODUTO

Outra vantagem é poder criar novos produtos customizados. É que a própria matéria-prima pode ser adaptada para surgirem produtos inovadores que se queiram lançar no mercado. Hoje isso é "praticamente impossível", pois dependem da matéria-prima estandardizada que existe no mercado.

CORTES NO CUSTO ENERGÉTICO E TRANSPORTE

Com o abastecimento de pasta líquida feito através de "pipeline" deixa de haver um custo de transporte que nas bobines pesadas tem relevância. E há uma racionalização energética: "não temos de fragmentar a pasta, não temos de gastar a mesma energia para a coser e, do outro lado, o fabricante também tem a vantagem de não ter de secar a pasta".

EMPREGAR E EXPORTAR

O investimento permite uma substituição directa de importações e um aumento do valor exportado e, a nível macro, traz benefícios à escala sectorial, nacional e regional, pois esta é "uma zona interiorizada onde não é fácil atrair investimento, criando emprego, incluindo qualificado".

FUNDOS COMUNITÁRIOS

O Norte que prevê crises quer somar empregos à produtividade

O apoio às pequenas e médias empresas, a inovação tecnológica e a qualificação dos recursos humanos levam dois terços do "bolo" de fundos comunitários na região que é o motor das exportações.

A mais recente crise financeira e económica em Portugal, que obrigou a assinar um plano de resgate em 2011, comprovou novamente a tese de que o Norte antecipa os períodos agudos de dificuldades no país, pois já antes eram visíveis na região alguns "sinais" de debilidade, como nos níveis de desemprego. "E quando isso acontece no eixo Norte de Portugal significa que vão acontecer problemas no país a seguir", lembrou Emídio Gomes.

Para o presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), a região "reagiu de forma espantosa" e, em média, em cada um dos últimos anos acrescentou mil milhões de euros de excedente à balança de transacção de bens, que a nível nacional continua a ser fortemente deficitária – só somando os serviços é que ela se equilibra. "Como é que uma região com PIB per capita mais baixo e mais desemprego contribui positivamente e as regiões mais evoluídas e mais ricas contribuem com saldo negativo?", questionou.

Para o responsável nortenho, este desequilíbrio estrutural interno da própria organização do país é "algo que nos deve fazer pensar em termos de modelo e estrutura produtiva" nacional. Até porque estes "enormes" ganhos de produtividade expressos na balança de bens não tem sido acompanhado por uma capacidade idêntica de criação de emprego. "Esse é um dos grandes desafios para os próximos anos. O nosso caminho é este de sermos mais competitivos e a uma escala externa, mas temos de conjugá-lo com alguma capacidade de políticas públicas que possam induzir a criação de emprego", resumiu Emídio Gomes.

Ora, o mais decisivo instrumento que tem nas mãos é o programa operacional que gere até 2020. O Norte colocou "as fichas" em três dos eixos – investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação; competitividade das PME; educação e aprendizagem ao longo da vida –, que absorvem dois terços do volume total de 3.400 milhões de euros.

"E, meus amigos, acreditem que não é nada fácil tomar esta opção. O grau de desgaste físico e emocional a que sou sujeito por ter tomado estas opções é brutal. Porque isto significa que só sobra um terço para o resto e é uma completa inversão de política face aos quadros anteriores", desabafou o líder da CCDR-N, referindo-se à contestação dos autarcas. Para o eixo "sistema urbano" há 385 milhões de euros, um valor que causou ruído nas últimas semanas. "O valor é o que é. Quando se tem 385 para distribuir por 29 [municípios] tem-se 385 para distribuir por 29. E esse é o principal problema, por mais equações que se façam", explicou.

Na conferência organizada pela EY e Negócios, Emídio Gomes chamou ainda a atenção dos empresários para as duas capitais transmontanas. Vila Real tem "mão-de-obra qualificada disponível, excelentes condições de investimento" e está agora a 40 minutos de um aeroporto internacional. "Mais 40 minutos e estamos em Bragança, que já está junto à fronteira e próxima de uma linha de TGV no futuro. A noção das distâncias mudou bastante", sustentou, sublinhando ainda que estão "a um passo da mais fantástica região vitícola do mundo", o Douro. ■

ANTÓNIO LARGUESA

3

PRIORIDADES

Competitividade das PME, investigação e inovação tecnológica, e qualificação dos recursos humanos absorvem dois terços dos 3.400 milhões de euros "nortenhos".

Paulo Duarte

O presidente da CCDR-N, Emídio Gomes, lamentou que o aumento da produtividade registado no Norte ainda não tenha sido acompanhado pela criação de emprego.

PERGUNTAS & RESPOSTAS

Conselhos para aproveitar em pleno o Portugal 2020

Com a experiência de quase dois anos no terreno, Francisco Pereira deixa algumas dicas às PME e às grandes empresas para aumentarem as hipóteses de sucesso numa candidatura aos sistemas de incentivos.

Qual a dimensão desta oportunidade?

O valor total dos fundos disponíveis de 2014 a 2020 ascende a 25,8 mil milhões de euros, o que representa perto de 15% do PIB de 2014. Desses, oito mil milhões têm como destino directo as empresas. Estes fundos chegam aos agentes económicos via programas operacionais regionais e temáticos.

Que tipo de projectos empresariais são financiados?

Os grandes projectos financiados têm a ver com inovação produtiva – de aumento de capacidade ou de diversificação de produção – e são também apoiados projectos de investigação e desenvolvimento tecnológico (I&DT) e de formação. Nas PME são apoiados projectos de internacionalização e de qualificação de competências. O empreendedorismo criativo também é apoiado (só em start-ups). E há um programa autónomo que apoia projectos de sustentabilidade e uso eficiente de energia.

Que forma é que assumem?

Há duas grandes tipologias de projectos. Uns em que há incerteza radical, em que dificilmente se consegue adivinhar quais os resultados que se retiram. É o caso da I&DT, da formação e do apoio às PME. Esses recebem incentivos não reembolsáveis (a fundo perdido, na antiga terminologia). Já os projectos em que o grau de certeza dos resultados é superior são financiados via empréstimos, são incentivos reembolsáveis especiais: taxa de juro zero, atribuídos por um período de oito anos e, por regra, com dois anos de carência de reembolso de capital. E podem parcialmente ser convertidos em incentivos a fundo perdido, caso os promotores excedam os objectivos a que se propuseram em fase de candidatura. Em termos de intensidades de auxílio, as taxas vão entre 25% e 75% das despesas elegíveis, dependendo de majorações.

Quais os factores de sucesso para as PME?

Há vários a ter em conta para não ter surpresas desagradáveis: a ligação à produção de bens transaccionáveis; a questão do aumento das exportações ou substituição de importações; a capacidade de criação de emprego qualificado; a inserção nas estratégias de especialização eficiente; garantir as autonomias financeiras adequadas para financiar cada um dos projectos; e não apresentar um projecto que já está em curso.

> **Há vários factores a ter em conta para não ter surpresas desagradáveis no Portugal 2020.**
>
> FRANCISCO HAMILTON PEREIRA
> Senior manager da EY

No caso das grandes empresas, quais são as condições essenciais e distintivas face ao programa anterior?

A primeira tem a ver com qual o investimento apoiado na inovação produtiva, que hoje pode assumir quatro tipos: alterações fundamentais do processo produtivo; diversificação da produção; uma nova unidade produtiva; aumento de capacidade produtiva – tem de exceder os 20%, portanto deixam de ser apoiados os investimentos de mera modernização do processo produtivo ou pequenos aumentos de capacidade, tem de ser algo disruptivo e que marca a diferença face ao que existia. O outro factor fundamental – e que tem causado alguns dissabores aos promotores – é que hoje é exigido às grandes empresas um nível de inovação, pelo menos, nacional no seu projecto. "Ou seja, tenho de me pôr para além daquilo que são as melhores práticas nacionais e tenho de apresentar isso em candidatura senão estou condenado ao insucesso", frisou Francisco Pereira.

Os fundos fazem a diferença na atracção de IDE?

São um elemento diferenciador para Portugal no potencial que têm para a atracção de investimento directo estrangeiro, em que, por regra, os maiores concorrentes são os países do antigo bloco de Leste, o Sul da Itália, algumas regiões da Espanha, a Grécia e os países Bálticos. "Os países vizinhos não conseguem beneficiar de intensidades de auxílio tão elevadas", diagnosticou o gestor da EY. **AL**

Paulo Duarte

BEI "desce à terra" no Tâmega e Sousa

O Tâmega e Sousa, com meio milhão de habitantes, é uma das zonas mais "problemáticas" do Norte, misturando concelhos industriais – como Lousada, Felgueiras, Paços de Ferreira e Penafiel – com rural, como Marco de Canaveses, Baião, Cinfães e Resende. Para responder a este "problema" da região, Emídio Gomes desafiou o Banco Europeu de Investimento (BEI) a fazer ali a primeira experiência micro no território, no âmbito da sua nova fundação, para que "por mais pequenino que seja o projecto, se for interessante lhe possa garantir uma linha de financiamento", em articulação com a banca. O líder da CCDR-N relatou que desafiou o BEI a "fazer alguma coisa por umas largas dezenas de pequenos projectos, que podem a prazo ser pequenas realidades empresariais que criam emprego muito sólido nesses locais". Sem adiantar pormenores, deu o exemplo da "malta que tem um projecto de enchidos na serra da Gralheira, que precisa de 50 mil euros e se for ao banco assusta-se com o molho de 50 papéis para preencher". AL

11

MUNICÍPIOS
A Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa junta 11 concelhos, de Paços de Ferreira a Resende.

João Vasconcelos partilhou a estratégia com os industriais do Norte

O secretário de Estado da Indústria, João Vasconcelos, encerrou a conferência com o anúncio do lançamento da estratégia portuguesa para a "Indústria 4.0". No final dos trabalhos, o membro do Governo esteve à conversa com várias individualidades, como o presidente da ATP - Associação Têxtil e Vestuário, João Costa (à esquerda), e o CEO da exportadora Frezite, José Manuel Fernandes (ao centro).
Fotografia: Paulo Duarte

A equipa da EY, liderada pelo "partner" Jorge Nunes, foi a anfitriã do evento. Aqui à conversa com Tomás Moreira, presidente da AFIA – Associação de Fabricantes para a Indústria Automóvel (à esquerda), durante um momento de pausa nos trabalhados, que foi aproveitado também para colocar a leitura em dia.

O presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), Emídio Gomes (ao centro) foi um dos oradores convidados. Na conferência realizada a 19 de Abril no Sheraton Porto Hotel falou sobre "Macrotendências e impacto na competitividade das empresas e do país".